

SOL E AR FRESCO NO COMBATE À TUBERCULOSE: EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AO AR LIVRE NO RIO DE JANEIRO (1910-1920)

SUN AND FRESH AIR IN THE FIGHT AGAINST TUBERCULOSIS:
EXPERIENCES OF OUTDOOR EDUCATION IN
RIO DE JANEIRO (1910-1920)

André Dalben^{1,*} 

Henrique Mendonça da Silva² 

RESUMO: O Rio de Janeiro criou o Serviço de Inspeção Médica Escolar em 1910. Desde então, médicos e educadores promoveram uma série de debates, registrados em relatórios, periódicos, livros e na imprensa, sobre as melhores formas de prevenir o alastramento da tuberculose entre escolares. O artigo apresenta e analisa algumas discussões e medidas postas em prática por médicos e educadores na cidade durante as décadas de 1910 e 1920 para o enfrentamento da tuberculose infantil. Como solução foram propostos e implementados solários, preventórios, colônias de férias infantis e escolas ao ar livre.

Palavras-chave: Tuberculose infantil. Higiene escolar. Medicina natural. Educação ao ar livre. Rio de Janeiro.

ABSTRACT: Rio de Janeiro created the School Sanitary Inspection Service in 1910. From that moment, physicians and educators promoted a series of debates, recorded in reports, journals, books and press, about the best ways to prevent the spread of tuberculosis among scholars. The article aims to present and analyze some discussions and measures put into practice by physicians and educators in the city during the 1910s and 1920s to confront childhood tuberculosis. As a solution, solariums, preventoriums, children's summer camps (vacation colonies) and open-air schools were proposed and implemented.

Keywords: Tuberculosis. School hygiene. Natural medicine. Outdoor education. Rio de Janeiro.

1. Universidade Federal de São Paulo – Instituto de Saúde e Sociedade – Departamento de Ciências do Movimento Humano – Santos (SP), Brasil.

2. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

*Autor correspondente: dalben@unifesp.br

Dossiê organizado por: Carmen Lucia Soares e Heloísa Helena Pimenta Rocha

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro implementou o Serviço de Inspeção Sanitária Escolar de forma precursora nos idos de 1910. Nesse momento, médicos e professores promoveram uma série de debates, que ficaram registrados em anais de congressos, relatórios, ofícios, periódicos, livros e na imprensa carioca, a respeito das melhores formas de se assegurar a saúde dos estudantes. Uma das maiores preocupações era a de prevenir o contágio e o alastramento da tuberculose entre a população infantil. Tratava-se de uma época na qual os medicamentos alopáticos para o combate dessa doença ainda não tinham a sua eficácia comprovada. Como solução, o emprego dos elementos da natureza, como a luz solar e o clima de altitude, no tratamento e na prevenção da tuberculose infantil começou a se afirmar entre uma parcela considerável de médicos brasileiros (BERTOLLI FILHO, 2001).

De acordo com Baubérot (2004) e Villaret (2005), o emprego da luz solar e do ar de altitude para a cura de doenças e para o fortalecimento do corpo humano compôs, ainda na segunda metade do século XIX, uma corrente médica denominada medicina natural. Desenvolvida inicialmente em territórios germânicos, rapidamente encontrou grande eco em diferentes países, sendo formulado um grande número de propostas a partir dos seus conhecimentos, como a hidroterapia, a helioterapia e a climatoterapia. No campo da proteção à infância, destacam-se instituições como sanatórios, solários, preventórios, colônias de férias infantis e escolas ao ar livre, assim como propostas de adequação da arquitetura dos edifícios escolares para que os alunos pudessem ter contato direto e constante com a luz do sol e respirar ar puro (DALBEN, 2014; SILVA, 2017).

Os conhecimentos sobre a medicina natural e sobre as diferentes instituições infantis que se utilizavam de seus ensinamentos para o controle da tuberculose encontraram diferentes vias de circulação internacional, como nos congressos de tuberculose e de higiene escolar realizados no final do século XIX e início do século XX (DOWNS, 2009; CHÂTELET *et al.*, 2003). Tais conhecimentos também se fizeram presentes no Brasil, sendo apropriados por diferentes profissionais que se colocaram a pensar e a desenvolver ações de enfrentamento da tuberculose infantil a partir dos conhecimentos advindos da medicina natural. Os objetivos do artigo são apresentar e analisar algumas das discussões e das medidas postas em prática por profissionais que atuaram na proteção à infância na cidade do Rio de Janeiro durante as décadas de 1910 e 1920.

Cidade Febril: A Tuberculose no Rio de Janeiro

A alcunha “cidade febril” é um termo que acerta ao definir a cidade do Rio de Janeiro desde a primeira metade do século XIX até pelo menos 20 ou 30 anos do século seguinte. Os seus habitantes enfrentavam uma série de crises de saúde causadas por epidemias, como as de varíola e febre amarela, ou pela iminência do alastramento da peste bubônica e da cólera. Vários fatores contribuíam para esse cenário e à frente se encontravam os sociais, como moradias precárias, aumento da exploração do trabalho urbano, crescimento populacional desorganizado, precariedade dos organismos de saúde, somados à relutância dos poderes públicos em tomar medidas efetivas, calculadas a partir de interesses econômicos e políticos, além dos altos custos das intervenções em higiene sanitária na cidade (CHALHOUB, 1996).

Em meio ao medo constante dos seus habitantes de que uma nova epidemia pudesse ceifar suas vidas, havia uma certa previsibilidade do que poderia adoecê-los. A tuberculose era a doença que mais matava na então capital federal, salvo em períodos de epidemias. Órgãos da administração da saúde pública escreviam sobre as alarmantes e contínuas proporções de mortes pela doença. Em 1906, de uma população

com um pouco mais de 800 mil pessoas, o Rio de Janeiro teve 2.328 óbitos em decorrência da tuberculose; um coeficiente de 366,2 mortes por 100 mil habitantes (BARBOSA; RESENDE, 1909). A alarmante situação, no entanto, não se revertia em ações efetivas de controle e enfrentamento da doença. O motivo era a extensão do que se tinha de fazer para evitar e tratar o mal: intervir nas condições de vida e trabalho geral da população, mexendo forçosamente com interesses econômicos e políticos (NASCIMENTO, 2002).

A escola refletia o quadro geral de saúde da população, mas tinha potencial de agravá-lo ao juntar em um mesmo espaço crianças com diferentes doenças infectocontagiosas, sobretudo quando reunidas em lugares insalubres. Era sensível aos médicos e educadores que a situação apresentava riscos aos investimentos feitos na escolarização dos brasileiros. A questão imposta era o que fazer para tratar e prevenir o contágio da população geral e especialmente a escolar (ROCHA; SILVA, 2017). A resposta estava condicionada às limitações científicas do período, como a inexistência de um quimioterápico eficiente – a vacina BCG não mantinha níveis eficazes de imunização ao longo de toda vida e um fármaco efetivo, a estreptomicina, só apareceu no final da década de 1940. O que existiam eram fortificantes ou compostos para reduzir a tosse. Os tratamentos possíveis recorriam ao fortalecimento dos corpos através de dietética e descanso, aeração e exposição a climas tidos como salutar. O lugar considerado como privilegiado para que isso acontecesse era o sanatório, instituição cara e que, devido à proporção de doentes, muitas vezes se tornava contraproducente (BERTOLLI FILHO, 2001). Os solários, preventórios, colônias de férias infantis e as escolas ao ar livre, por outro lado, apresentavam-se como opções plausíveis principalmente para os que se encontravam em idade escolar, uma vez que combinavam ou reduziam um ou outro aspecto dos sanatórios. Muito embora essas instituições médico-educativas apresentem raízes históricas, organizações e propostas bastante distintas, tinham nos saberes da medicina natural as suas fundamentações para a prevenção da tuberculose, sendo muitas vezes recomendadas como formas adequadas para o fortalecimento das defesas corporais e a proteção da saúde infantil (DALBEN, 2014; SILVA, 2017).

“Todas as Doenças Vêm à Sombra, Todas se Curam ao Sol”

Em 1910, os boletins da Prefeitura do Rio de Janeiro já traziam intenções de como lidar com o problema da tuberculose, dando vazão à corrente de ideias de que os serviços de saúde escolar deveriam assumir uma atitude combativa e profilática em relação à doença. O 28º ofício trocado entre os inspetores e os serviços de higiene pública da cidade abordou “a vantagem da criação de externatos ao ar livre, grandemente salutar às crianças, anêmicas, fracas e pré-tuberculosas” (BRASIL, 1910, p. 220). O Serviço de Inspeção Sanitária Escolar foi criado em 1910 por Serzedelo Correa, então prefeito municipal, e teve como seu primeiro diretor Moncorvo Filho¹. À frente do cargo, Moncorvo Filho propôs a criação de externatos ao ar livre e colônias de férias (MONCORVO FILHO, 1915). O prefeito inaugurou uma escola ao ar livre em Ipanema ao findar do seu mandato, mas o estabelecimento mal chegou a funcionar, pois a administração posterior encerrou suas atividades (ESCOLA..., 1910).

Em 1916, durante a gestão de Afrânio Peixoto na Diretoria Geral da Instrução Pública, o prefeito Azevedo Sodré também se ocupou da criação de instituições médico-educativas ao ar livre no Rio de Janeiro. Comprou uma chácara na Tijuca para a instalação de uma colônia de férias, a qual, no entanto, nunca foi inaugurada, sendo anos mais tarde utilizada para almoços oficiais entre autoridades do governo. Sodré procurou ainda instalar duas escolas ao ar livre, uma no pavilhão de festas da Quinta da Boa Vista e outra no pavilhão Mourisco, na praia de Botafogo; no entanto, há poucos registros sobre o funcionamento desses estabelecimentos de ensino (MENSAGEM..., 1916). As diferentes experiências médico-educativas ao ar livre,

que a administração pública tentou implementar no Rio de Janeiro ao longo da década de 1910, demonstram que parte dos seus profissionais compartilhavam da compreensão de que os preceitos da medicina natural poderiam ser empregados para o tratamento e prevenção de doenças como a tuberculose.

Essa compreensão, no entanto, não era unânime. Por volta de 1916, foi realizada uma série de aulas ao ar livre em quatro escolas do 9º distrito escolar do Rio de Janeiro. Ao participar da primeira edição do Congresso Americano da Criança, organizado em Buenos Aires em 1916, o médico Fábio Luz (1917, p. 416) defendeu a iniciativa das quatro escolas do 9º distrito escolar ao ressaltar que a vida ao ar livre poderia trazer vantagens para a saúde das crianças, mas também expôs algumas divergências advindas de representante da administração pública: “Houve quem oficialmente dissesse que, apesar de vivermos quase ao ar livre no Rio de Janeiro, receava, nas classes que trabalham em pleno ar, os inconvenientes do excesso de luminosidade tropical”. Apesar de não informar o nome ou o cargo ocupado pelo representante da administração pública, Luz revela a existência de divergências quanto à aplicação dos conhecimentos da medicina natural em decorrência da realidade local, podendo tais discordâncias interferir ou mesmo inviabilizar a continuidade das iniciativas que se tentava implementar naquele momento.



Fonte: Luz (1917, p. 416).

Figura 1. 4ª Escola Mista do 9º Distrito. Curso Complementar (5º e 6º anos).

A participação de profissionais brasileiros no I Congresso Americano da Criança constitui-se como um elemento de destaque, uma vez que outros palestrantes dissertaram sobre os benefícios da luz solar e do ar puro para a saúde infantil, recomendando a criação de estabelecimentos como as colônias de férias e as escolas ao ar livre. Além de Luz, o educador Carneiro Leão (1917) e o médico Moncorvo Filho (1917a) também se mostravam entusiasmados com essas possibilidades. Na ocasião do evento, Moncorvo Filho assumiu a posição de presidente do comitê brasileiro e apresentou os ensaios de helioterapia que vinham sendo realizados por diversos profissionais no Brasil. Ao discorrer sobre as curas pelo sol, expôs a possibilidade de sua aplicação em instituições de ensino, a exemplo do que vinha ocorrendo no exterior. E enalteceu: “Os banhos de sol estenderam-se aos estabelecimentos de educação das crianças fracas, apoucadas ou pré-tuberculosas e assim se multiplicaram por toda parte as magníficas Escolas ao ar livre” (MONCORVO FILHO, 1917a, p. 296; 1917b, p. 7).

Naquele mesmo ano de 1916, Moncorvo Filho criou o Serviço Especial de Helioterapia do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) do Rio de Janeiro em um extenso terreno doado pela prefeitura.

Instalou um solário, “submetendo desde logo várias crianças doentes, portadoras de tuberculose geral e óssea, de dermatoses e úlceras atônicas por causas diversas aos banhos de sol, guiando-me pela magnífica orientação de Rollier e Bissaya” (MONCORVO FILHO, 1917a, p. 298; 1917b, p. 10). Em 1924, em conjunto com o médico Alves Filgueiras, inaugurou o Heliotherapium, instituição especializada na cura pelo sol e localizada no centro do Rio de Janeiro. Em suas dependências contava com aparelhos de corrente elétrica, de raios X, de radioterapia e para banhos de luz artificial, assim como laboratório de microscopia e de análises clínicas e salas equipadas para massagem e ortopedia. Em ambiente externo, localizavam-se o Parque Rolier, para a realização de sessões de helioterapia por adultos e crianças, e o Parque G. Léo, onde se previa que funcionariam um jardim de infância e uma escola ao ar livre. Contava ainda com Posto Meteorológico do Ministério da Agricultura para registro e estudo dos fenômenos atmosféricos (MONCORVO FILHO, 1924; MONCORVO FILHO, s.d.).



Fonte: Freire e Leony (2011, p. 211).

Figura 2. Crianças em atendimento no Heliotherapium.

O instituto era estrategicamente anunciado na imprensa e na comunidade médica como um estabelecimento rigorosamente científico. O letreiro de sua fachada – “Heliotherapium, cura pelo sol” – procurava dar conta de divulgar àqueles que passassem por sua calçada a inovação em matéria de terapêutica e cuidados com a saúde. Em seu interior, os seus pavilhões e as suas alamedas receberam os nomes de afamados médicos estrangeiros, como as alamedas Bissaya-Barreto, Leon Bernard, Emilio Coni e os pavilhões Armand Delille e Grancher, assim como de médicos brasileiros, como as alamedas Almir Madeira e Clemente Ferreira, entre outras (MONCORVO FILHO, 1924; MONCORVO FILHO, s.d.). Eram todos nomes ligados à tisiologia, higiene infantil ou à medicina natural, cujos trabalhos Moncorvo Filho frequentemente citava em suas publicações. Moncorvo Filho associava assim o seu nome com o de profissionais mundial e nacionalmente reconhecidos que empregavam os preceitos da helioterapia. Como notado por Freire e Leony (2011), tratava-se de uma estratégia para legitimar o serviço de banhos de sol prestado junto à comunidade médica e ao público em geral.

De acordo com Villaret (2005), no início do século XX, a medicina natural passou a ser contestada por diversas comunidades de médicos, sendo correntemente atacada como uma vertente obscurantista e charlatanesca, devido a sua falta de fundamentação científica². Segundo Baubérot (2004, p. 125), como resposta, alguns médicos naturistas franceses passaram a “estabelecer os princípios e os métodos da medicina

naturista sobre uma base científica, a fim de opor uma alternativa com credibilidade à medicina moderna e aos seus tratamentos quimioterápicos”. No caso do Heliotherapium, as mais novas tecnologias e o prestígio da ciência clínica se aliavam com os antigos e tradicionais preceitos da medicina natural, de modo a legitimar a helioterapia junto à comunidade médica brasileira e à população carioca.

Os responsáveis pelo instituto sabiam que a iniciativa poderia ser alvo de críticas e até mesmo de ironias quanto ao emprego do sol para a cura e prevenção de doenças, sobretudo em uma cidade como o Rio de Janeiro, situada no nível do mar, inundada constantemente pelos raios solares e com altas temperaturas. Nos folhetos e propagandas do estabelecimento, se anunciava que a sua localização era extremamente agradável, “o lugar mais fresco do Rio de Janeiro (à sombra)”, tendo um estudo registrado as menores temperaturas à sombra da cidade ao meio-dia, em comparação com outras localidades (MONCORVO FILHO, s.d.). Poucos dias após a inauguração, o médico Ferraz (1925) publicou na *Gazeta de Notícias* texto que defendia a iniciativa, a partir de dados científicos, contra possíveis críticas do “grupo helioterápico ‘de montanha’”. A colaboração de Filgueiras (1925) na criação do Heliotherapium também era destacada nos escritos de Moncorvo Filho como uma forma de conferir credibilidade ao empreendimento, uma vez que tinha realizado estágio nos estabelecimentos suíços mantidos pelo médico naturista mundialmente reconhecido Auguste Rollier (MONCORVO FILHO, 1925a, 1925b).

Ao que tudo indica, no lugar do jardim de infância e da escola ao ar livre, foi criado um “parque de crianças débeis”, onde eram realizadas sessões de helioterapia, atividades recreativas e as aulas de ginástica natural, baseadas no método “Hébert–Carton” e ministradas pelos professores Ambrósio Torres e Homem Leal (MONCORVO FILHO, s.d.; TORRES, 1997). Conforme as análises de Jubé e Dalben (2017), a associação da helioterapia com a ginástica natural foi uma das vias de recepção e circulação das ideias naturistas do tenente francês Georges Hébert no Brasil. No que diz respeito especificamente às aulas de ginástica ministradas no Heliotherapium, o seu nome foi associado ao do médico naturista francês Paul Carton, defensor entusiasta do método natural e crítico da medicina alopática e de bases científicas (JUBÉ, 2017). Muito embora os posicionamentos de Carton divergissem daqueles defendidos por Moncorvo Filho, sobretudo no que diz respeito ao emprego da ciência pela medicina natural, o médico brasileiro não deixou de citar as suas ideias para defender as práticas corporais realizadas no Heliotherapium (MONCORVO FILHO, 1924). O instituto manteve as suas portas abertas por cinco anos, encerrando suas atividades em 1929 (SALEMA, 1932).

Na década de 1920, outros profissionais ligados à rede de sociabilidade de Moncorvo Filho também atuaram na organização de estabelecimentos médico-educativos ao ar livre, o que possibilitou que as experiências realizadas extrapolassem os limites geográficos da cidade do Rio de Janeiro. Esse foi o caso de Almir Madeira³, diretor do IPAI de Niterói e responsável pela realização de uma colônia de férias no município de Mendes, na Serra do Mar, entre os meses de dezembro de 1923 e fevereiro de 1924. A iniciativa foi concebida a partir da união de esforços das iniciativas privada e pública (CAMARA; SILVA, 2017). Apesar de não ter tido continuidade nos anos subsequentes, Madeira (1924, p. 9) desejava transformá-la “num preventório escolar ou escola para crianças débeis, durante o período letivo”, o que também nunca viria a ocorrer.

Ao longo de sua carreira, Madeira (1924, 1933) procurou construir uma memória que atrelava o seu nome às instituições médico-educativas ao ar livre. Intituiu a experiência de Mendes como a “primeira colônia de férias do Brasil”, de modo a se autodenominar como pioneiro no país. Em 1927, foi convidado para assumir a direção técnica do Preventório Dona Amélia, inaugurado pela Liga Brasileira contra a Tuberculose (LBCT). Os planos da LBCT de criação de instituições especializadas no tratamento da tísica eram bastante antigos e já se faziam presentes no seu estatuto de fundação, em 1900. Ao longo do tempo, várias tentativas de criação de um sanatório foram empreendidas, mas todas foram frustradas. Os debates a respeito do tipo de instituição a ser criada variaram ao longo do tempo. Em 1905, um dos profissionais ligados à LBCT propôs

a criação de uma colônia de férias infantil. Em 1915, outro profissional viajou para Montevideu e Buenos Aires e regressou com a proposta de criação de instituições para crianças débeis que mantivessem os vínculos delas com as suas famílias. Ao final foi adotado o modelo de internato do tipo preventório, permanecendo as crianças isoladas na Ilha de Paquetá (CAMARA, 2016; NASCIMENTO, 2008, 2002; RIBEIRO, 1985).



Fonte: Arquivo Gustavo Capanema do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

Figura 3. Aula de ginástica no Preventório Dona Amélia.

A instituição atendia prioritariamente filhos de pais tuberculosos, mas também isolava na ilha crianças com a saúde comprometida por causas diversas. O tempo de internação de algumas correspondeu ao tempo de sobrevivência dos seus pais adoentados, o que podia oscilar entre 4 meses até 10 anos. Funcionou com verbas advindas da própria LBCT, de doações de instituições privadas e de convênios com órgãos públicos. Para além dos médicos, o preventório era administrado também pelas irmãs da Congregação de Caridade de Nossa Senhora das Mercês, advindas da Espanha. A vida ao ar livre era praticada em seu interior, com banhos de mar e de sol, exercícios respiratórios e caminhadas matinais. Assim como no Helioterapium, o Preventório Dona Amélia também associou a helioterapia com a “prática da ginástica natural de Georges Hébert e os princípios naturistas de Paul Carton” (JUBÉ, 2017, p. 248).

Segundo Nascimento (2008, p. 162), o preventório se caracterizava como uma “instituição total”, conceito formulado por Goffman (1974) para definir os estabelecimentos que concentravam um grande número de indivíduos em semelhante situação, apartados da sociedade por um considerável período de tempo e que levavam uma vida fechada e fortemente administrada. Tal chave de análise permite conceber que a instituição ao ar livre criada na ilha de Paquetá poderia não ser tão “livre” assim e, por detrás do discurso de uma natureza benevolente com forças tonificantes e curadoras, poderiam se escamotear intenções de reclusão social e de controle do corpo infantil. Segundo Camara (2016, p. 245), “a localização do Preventório Dona Amélia pode ser pensada não somente em função do clima benéfico no tratamento das crianças débeis, mas também pela intenção de se promover a reclusão/isolamento do convívio familiar e ou social associada ao intento de controlá-las”.

Instituições médico-educativas ao ar livre também foram propostas e criadas no bojo das reformas educacionais empreendidas na década de 1920 na cidade do Rio de Janeiro. Durante a administração de Carneiro Leão (1922-1926) na Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal (DGIP), foram

promovidas mudanças na orientação e organização dos programas de ensino, sendo a saúde escolar uma das questões pautadas. A atuação do Serviço de Inspeção Sanitária Escolar foi intensificada e um levantamento estatístico das medidas antropométricas de 6.000 crianças, denominado “gráfico mensal de peso e altura em classe”, foi realizado entre 1924 e 1925 (LEÃO, 1926, p. 56). A partir dos dados levantados e da verificação do estado nutricional das crianças, os médicos inspetores começaram a conceber ações para melhorar o estado de saúde daquelas mais debilitadas. As ações poderiam ser desde oferecer leite e um prato de sopa, até enviá-las para uma “escola para débeis”, também denominada como “escola ao ar livre” (LEÃO, 1926, p. 71).

No início do ano letivo de 1926 foram avaliados os dados antropométricos dos alunos do 15º distrito escolar, na região eminentemente rural de Jacarepaguá, sendo 100 crianças classificadas como “débeis ou fracas” pelo médico inspetor Pernambuco Filho. Segundo Leão (1926, p. 71) havia “crianças a quem o estado de debilidade não permite a frequência regular às aulas, embora se lhes forneça alimento na escola”. Para tais crianças, seria necessário um “regime em que ao trabalho seja entremeado o repouso, as refeições escolares, aplicado o tratamento específico, os cuidados clínicos constantes. Daí a urgência da fundação da escola para débeis.” (LEÃO, 1926, p. 71). Na impossibilidade de se criar uma nova instituição, devido à necessidade de autorização da Câmara Municipal, a 2ª Escola Mista, que já oferecia aulas ao ar livre, foi adaptada para receber as 100 crianças selecionadas. Um número maior de carteiras para aulas ao ar livre e de espreguiçadeiras para repouso foi fabricado para atender à nova demanda, sendo o ensino formal da alfabetização intervalado por tratamentos médicos para a recuperação da saúde das crianças, como a helioterapia. A intenção inicial era de que as crianças permanecessem 7 ou 8 horas na escola, como geralmente ocorria nas experiências congêneres de outros países, mas teve que ser adaptada para a realidade de 5 horas. Sem poder contar com verbas municipais para tudo o que era necessário, recorreu-se a parcerias com a Cruz Vermelha, que, além de remédios, utensílios para preparo de alimentos e fortificantes, emprestou duas enfermeiras para ministrarem as sessões de helioterapia, de repouso e de educação física, além de levarem os alunos aos exames e convencerem os pais e responsáveis sobre a importância dos tratamentos (LEÃO, 1926).

A escola ao ar livre ganhou destaque no relatório escrito ao final da administração de Leão (1926), sendo apresentada em conjunto com registros estatísticos e fotográficos.



Fonte: Leão (1926, p. 72).

Figura 4. Na escola de débeis de Jacarepaguá. Uma classe ao ar livre.

Mesmo com todos os investimentos, a escola para débeis implementada em Jacarepaguá não resistiu às mudanças na direção da instrução pública do Rio de Janeiro. A ideia de se criar instituições médico-educativas ao ar livre, inseridas em um projeto maior de enfrentamento da tuberculose, no entanto, não perdeu força. O próprio Leão tinha estabelecido planos para retomar o projeto de criação de uma colônia de férias na chácara da Tijuca, comprada pela prefeitura em 1916. Defendia também que as duas escolas existentes na região da Quinta da Boa Vista poderiam ser adaptadas para funcionar como escolas ao ar livre (LEÃO, 1926). Boa parte das realizações da sua administração, no entanto, foram breves ou mesmo não foram capazes de se tornar uma realidade. Um novo impulso de enfrentamento dos casos doentes, incluído o repertório de curas naturais, voltaria a ocorrer pouco tempo depois durante a gestão de Fernando de Azevedo à frente da DGIP.

Em 1927, para uma plateia composta por membros do legislativo, que precisava convencer para o bem da reforma da instrução pública, Azevedo apresentou seus planos de substituir os prédios escolares insalubres existentes na cidade do Rio de Janeiro por novos, com arquiteturas que sugerissem um ideal de vida saudável e a criação de hábitos higiênicos aos alunos. Recomendava a construção de escolas:

[...] batidas de sol e penetradas de luz e de ar, com árvores e pátios, que recebam todos os dias, antes da visita do médico ou do inspetor, a do sol que purifica e que se restitua às crianças pobres a alegria de viver e se respire, com ar livre e penetrante, a primeira lição de higiene e de conforto, emanada de um ambiente educativo de aspecto risonho e pitoresco (AZEVEDO, 1958, p. 51).

A proposta de Azevedo era de inaugurar em sua gestão uma política de edificações escolares na qual “o educador, o médico escolar e o arquiteto cooperam, como forças solidárias” (AZEVEDO, 1958, p. 134) para a criação de prédios escolares dentro de parques e praças ajardinadas, ou então em terrenos amplos, onde poderiam ficar afastados das ruas e isolados em meio a jardins e áreas arborizadas. A ideia era de proporcionar aos estudantes uma vida escolar ao ar livre como forma de se combater o avanço da tuberculose. Em suas palavras: “Graças à vida ao ar livre, nos campos de jogos, à sombra de árvores, sempre que for possível, torna-se eficaz a luta contra a tuberculose que deve começar pela proteção dos meninos sãos” (AZEVEDO, 1958, p. 135). Além de novos edifícios escolares, recomendou também a criação de “colônias de férias na praia e na montanha, as escolas e classes ao ar livre, para crianças depauperadas” (AZEVEDO, 1958, p. 51).

A aproximação de Azevedo com os conhecimentos da medicina natural advinha do início de sua carreira intelectual, tendo se apropriado de ideias naturistas do ginasta dinamarquês Jørgen-Petersen Müller e do francês Georges Hébert para defender a importância dos exercícios físicos realizados ao ar livre (JUBÉ; DALBEN, 2017). É provável que a defesa de Azevedo, de se criar instituições médico-educativas ao ar livre, tenha sido apropriada do campo médico, mais particularmente das ações da luta contra a tuberculose. Como observado, a circulação de saberes sobre essas instituições já se fazia presente entre médicos e educadores no Rio de Janeiro, ao menos desde a década de 1910. A iniciativa privada e o poder público vinham estabelecendo experiências desse tipo na cidade desde 1915. Durante a década de 1920, as escolas ao ar livre e colônias de férias estavam ganhando um expressivo destaque no cenário internacional junto aos movimentos escolanovistas⁴, em decorrência dos seus potenciais de renovação pedagógica (DOWNS, 2009; CHÂTELET *et al.*, 2003). Ainda são necessárias pesquisas que abordem as apropriações feitas pelo ideário escolanovista brasileiro dos preceitos da vida ao ar livre instituídos pela medicina natural, no entanto, Azevedo não deixou de apoiar as ações terapêuticas da medicina natural e foi em seu tempo que as colônias de férias, escolas ao ar livre e clínicas escolares, entre outros, foram colocadas na letra da lei de ensino da então capital federal (BRASIL, 1928).

Em maio de 1930 foi inaugurada a Escola para Débeis Físicos Antônio Prado Júnior, como integrante da política instituída pela reforma educacional para a construção de novos prédios escolares. A construção incorporava as recomendações feitas por Azevedo quanto à arquitetura escolar e resgatava os antigos planos de se criar uma escola ao ar livre na Quinta da Boa Vista:

Construída dentro da Quinta da Boa Vista, a Escola de Débeis, de uma simplicidade rústica, mas graciosa, com suas árvores, com seus tapetes e maciços de verdura, e com suas pérgolas ensombradas pelas trepadeiras, integra-se na paisagem que a emoldura, dando-lhe o aspecto encantador e hospitaleiro, que devem ter essas casas de assistência e educação (AZEVEDO, 1958, p. 138).

As narrativas jornalísticas na ocasião da inauguração, permeadas de entusiasmo e necessidade de valorizar e demarcar o lugar social dos seus criadores, narram que foram dispostos aos seus alunos: “assistência e educação, vida ao ar livre, alimentação sadia, repouso, banhos de mar, banhos de sol, banhos de luz” (ESCOLA..., 1930a, p. 2). Segundo a narrativa, o lugar fora pensado em sua estrutura com salas iluminadas naturalmente, cozinhas, pavilhão para ginástica, pérgola e solário. Comportava 400 alunos em aulas ao ar livre, podendo ser acolhidos nas quatro salas de aula em dias de chuva. As amplas varandas poderiam ser empregadas para os momentos dos repousos e o prédio apresentava arquitetura neocolonial (ESCOLA..., 1930b, p. 8). Para dirigir a escola foi convidada a professora Odette Regal da Rocha Braga, ex-diretora da 2ª Escola Mista de Jacarepaguá. As crianças eram selecionadas pelos médicos inspetores nas escolas integrantes do sistema público de ensino e permaneciam na instituição o tempo necessário para restabelecer seu estado de saúde, sendo ofertada a educação formal em concomitância com tratamentos da medicina natural.

À escola foi conferida grande notoriedade ao ser visitada pelos congressistas da IV Conferência Nacional de Educação em dezembro de 1931. A sua organização, no entanto, começou a ser alterada em 1934, quando 320 de suas vagas foram transformadas em escola comum, restando apenas 120 vagas em escola ao ar livre (SUPERINTENDÊNCIA..., 1934). Entre 1928 e 1932 foram diversas as tentativas de se criar uma escola para débeis na Praia Vermelha, no edifício da Escola Minas Gerais, mas não foram levadas adiante (ESCOLAS..., 1932). Em 1932, iniciaram-se as obras de adequação de um edifício doado para a prefeitura, na avenida beira-mar de Copacabana, para a instalação de uma escola ao ar livre. Segundo o médico Massilon Saboia, a ideia era armar barracas nas areias da praia para as aulas ao ar livre e os tratamentos helioterápicos, sendo o prédio reservado aos dias de chuva (PERCORRENDO..., 1932). Ambas iniciativas se encontravam atreladas à legislação promulgada anos antes pela reforma educacional empreendida por Azevedo. As intenções, no entanto, não saíram do papel naquele momento.

Considerações Finais

O Serviço de Inspeção Sanitária Escolar, ao dar resposta a alguns dos casos enfermos encontrados nas escolas da cidade do Rio de Janeiro desde 1910, utilizou-se das ideias disponíveis nos balcões da ciência do seu tempo: a luz solar, o clima e a exposição aos ares considerados salutaros. Desde o final do século anterior, um debate se estabelecia em congressos e na imprensa especializada sobre as possibilidades de se associar saúde e educação a partir dos ideais de uma vida ao ar livre. A natureza foi alçada, em algumas comunidades médicas, como um lugar de cura e prevenção de um conjunto de males que poderiam afetar a saúde – tendo à frente a tuberculose. Segundo Soares (2016, p. 33), “na opinião de médicos e de profissionais

vinculados à educação, os exercícios ao ar livre tornam-se indispensáveis na formação de hábitos sadios e é a escola primária o lugar de sua disseminação mais eficaz”. A aposta era que a natureza poderia reunir o desejo de prevenção de doenças, sem perder de vista os objetivos técnicos da alfabetização, assim como as possibilidades de conformar corpos e mentes dos alunos às disciplinas exigidas pelos processos civilizatórios que estavam sendo postos em marcha nas primeiras décadas do século XX no Brasil (ROCHA, 2003).

O pensamento advindo do campo da higiene uniu a medicina e a educação para produzir uma série de projetos e instituições que foram propostos e criadas por entidades civis e pelo poder público na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1910 e 1920: solários, preventórios e colônias de férias infantis, assim como aulas e escolas ao ar livre. Apesar de se instituírem como estabelecimentos distintos, encontravam-se unidos pelos conhecimentos advindos da medicina natural, tendo em técnicas como a helioterapia o seu ponto de convergência para a prevenção do alastramento da tuberculose. Tratava-se de um momento em que concepções de uma natureza que cura, regenera e educa eram evocadas, afirmando a “compreensão de que o astro rei e seus raios luminosos são elementos purificadores do ambiente, inclusive do escolar, e, assim, central num ideário de vida ao ar livre” (SOARES, 2016, p. 15). Médicos e educadores brasileiros demonstraram precisão e atualização nos conhecimentos da medicina natural – não se posicionaram como meros receptores de ideias estrangeiras, mas articularam debates, objetivos, limites e adequações para os usos dos raios solares e do ar puro – e estabeleceram estratégias para legitimar seus empreendimentos de combate à tuberculose entre seus pares profissionais. Como lidar com a exposição ao sol em um país tropical, por exemplo, foi uma questão que requereu habilidade dos que argumentavam a favor da helioterapia.

É possível que outras iniciativas tenham sido propostas ou realizadas no Rio de Janeiro durante as décadas de 1910 e 1920, não alcançadas pelo levantamento das fontes empregadas nesta pesquisa. De todo modo, é significativo o fato de as proposições de educação ao ar livre serem em grande número, quando comparadas com as práticas efetivadas na cidade. Mesmo os estabelecimentos que chegaram a ser criados tiveram vida bastante efêmera ou descontinuada, com exceção do Preventório Dona Amélia, onde crianças permaneceram por anos ilhadas do convívio familiar e social e sob supervisão das irmãs mercedárias. No que diz respeito à curta duração das práticas instituídas particularmente pela administração pública do Rio de Janeiro, essa foi, de fato, uma marca dos processos que envolviam o enfrentamento da tuberculose infantil, especialmente entre as crianças em processo de escolarização. Uma de suas razões era a divergência de opiniões entre os membros da comunidade médica envolvidos com o tema da saúde escolar, cuja divisão se dava entre aqueles que consideravam que a saúde escolar deveria se ater à educação higiênica, orientando práticas preventivas de saúde individual, e aqueles que propunham a intervenção clínica e medicamentosa (SILVA, 2017).

Sem esgotar as possibilidades de análise, instituições e sujeitos foram visitados em suas trajetórias. Possibilidades para avançar foram levantadas, como as apropriações que o ideário escolanovista brasileiro fez da natureza e de seus elementos. O desejo é que este esforço de escrita possa servir a fluxos de pesquisas, bem como a novas problematizações das práticas e instituições médico-educativas ao ar livre no Rio de Janeiro.

Contribuição dos Autores

Conceptualização: Dalben A. e Silva H. M.; Metodologia: Dalben A. e Silva H. M.; Redação – Primeira versão: Dalben A. e Silva H. M.; Redação – Revisão & Edição: Dalben A. e Silva H. M.

Notas

1. A respeito da criação do Serviço de Inspeção Sanitária Escolar, conferir Camara (2013).
2. Quanto aos embates entre as terapias naturais e os tratamentos alopáticos, conferir também Dalben (2015).
3. A respeito das relações estabelecidas entre Moncorvo Filho e Almir Madeira, conferir Silva (2018).
4. Parte-se do pressuposto que a Escola Nova não conformou um movimento coeso de significados uniformes, assim como não teve uma orientação única. Ao contrário, revelou uma diversidade grande de ideias, discursos e práticas de renovação escolar, sendo constituído de distintas maneiras e por distintos atores em contextos internacionais, nacionais e locais. A respeito do interesse de Adolphe Ferrière na educação ao ar livre, por exemplo, conferir particularmente Ruchat (2003).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. **Novos caminhos e novos fins**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BARBOSA, P.; RESENDE, C. **Os serviços de saúde pública no Brasil**: especialmente na cidade do Rio de Janeiro de 1808 a 1907. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

BAUBÉROT, A. **Histoire du naturisme**: Le mythe du retour à la nature. Rennes: PU Rennes, 2004.

BERTOLLI FILHO, C. **História social da tuberculose e do tuberculoso**: 1900-1950. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BRASIL. Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Diretoria Geral de Polícia Administrativa – arquivo estatístico. Janeiro a março de 1910. **Oficinas Gráficas do Paiz**, Rio de Janeiro, p. 220, 1910.

BRASIL. Decreto n. 2.940, de 22 de novembro de 1928. Regulação da lei de ensino do Distrito Federal. Secretaria do gabinete do prefeito. Outubro a dezembro de 1928. **Tipografia do Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 719-845, 1928.

CAMARA, S. Inspeção Sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho. **Revista Brasileira de História da Educação**, João Pessoa, v. 13, n. 3, p. 57-85, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/47228>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CAMARA, S. Por uma cruzada regeneradora: o Preventório Rainha Dona Amélia e a ação preventiva e educativa da infância na década de 1920. In: GASPARELLO, A. M.; VILLELA, H. O. S. (Orgs.). **Educação na história**: intelectuais, saberes e ações instituintes. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 233-248.

CAMARA, S.; SILVA, A. M. Em favor da infância e em caridade da Pátria: a criação da primeira colônia escolar de férias do Rio de Janeiro de 1923 a 1924. **Revista Brasileira de História da Educação**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 106-136, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38435>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: Cortiços e epidemias na corte imperial. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

CHÂTELET, A.-M.; LERCH, D.; LUC, J.-N. **L'école de plein air**. Une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXe siècle. Paris: Recherches, 2003.

DALBEN, A. **Mais do que energia, uma aventura do corpo** : as colônias de férias escolares na América do Sul (1882-1950). 2014. 389f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/319162>. Acesso em: 10 mai. 2019.

DALBEN, A. Artes de curar: embates históricos entre as terapias naturais e os tratamentos alopáticos. *In*: BARROS, R. C. B.; MASINI, L. (Orgs.). **Sociedade e medicalização**. Campinas: Pontes, 2015. p. 81-94.

DOWNS, L. L. **Histoire des colonies de vacances de 1880 à nos jours**. Paris: Perrin, 2009.

ESCOLA ao ar livre. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 17 nov. 1910, p. 8.

ESCOLA para Debeis Antonio Prado Junior. **A Noite**. Rio de Janeiro, 25 mai. 1930a, p. 2.

ESCOLA Antonio Prado Júnior. **Gazeta de Noticias**, Rio de Janeiro, 8 mai. 1930b, p. 8.

ESCOLAS para debeis. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1932, p. 4.

FERRAZ, S. Chronica scientifica: a helioterapia no Rio de Janeiro. **Archivos de Assistência à Infância**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 28-35, 1925.

FILGUEIRAS, A. Breves considerações sobre a technica, os efeitos e as indicações da Heliotherapia. **Archivos de Assistência à Infância**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 40-48, 1925.

FREIRE, M. M. L.; LEONY, V. S. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 199-225, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000500011>

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

JUBÉ, C. N. **Educação, educação física e natureza na obra de Georges Hébert e sua recepção no Brasil (1915-1945)**. 2017. 284f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/330819>. Acesso em: 10 mai. 2019.

JUBÉ, C. N.; DALBEN, A. Amid Progress and Wilderness: Early Reception of Georges Hébert's Naturist Ideas in Brazil During the First Half of the Twentieth Century. **The International Journal of the History of Sport**, Paris, v. 34, n. 14, p. 1541-1562, 2017. <https://doi.org/10.1080/09523367.2018.1459575>

LEÃO, A. C. Cuidados à creança. *In*: COMITÉ NACIONAL BRAZILEIRO. PRIMEIRO CONGRESSO AMERICANO DA CRENÇA, 2. **Anais...** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 195-209.

LEÃO, A. C. **O ensino na capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C., 1926.

LUZ, F. Ligeiras ponderações a respeito das classes ao ar livre no Rio de Janeiro. *In: COMITÉ NACIONAL BRAZILEIRO. PRIMEIRO CONGRESSO AMERICANO DA CRIANÇA. Anais...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 411-418.

MADEIRA, A. Primeira colônia de férias no Brasil - sua história e seus resultados. **Archivos de Assistência à Infância**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 3-24, 1924.

MADEIRA, A. Colônias de férias. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 11, p. 18-19, 1933.

MENSAGEM do prefeito do Distrito Federal, lida na sessão de ontem do Conselho Municipal. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1916, p. 4.

MONCORVO FILHO, A. **Heliotherapium** (Folheto), Rio de Janeiro. s.d. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo15/84_Heliotherapia.pdf. Acesso em: 25 mar. 2019.

MONCORVO FILHO, A. Uma obra relevante: a hygiene infantil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1915, p. 2.

MONCORVO FILHO, A. Os primeiros ensaios de heliotherapia no Brasil. *In: COMITÉ NACIONAL BRAZILEIRO. PRIMEIRO CONGRESSO AMERICANO DA CRIANÇA. Anais...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917a. p. 293-301.

MONCORVO FILHO, A. **Os primeiros ensaios de heliotherapia no Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1917b.

MONCORVO FILHO, A. **Em favor das crianças**: a cura pelo sol: discurso pronunciado em 4 de maio de 1924 por ocasião de ser inaugurado o Heliotherapium. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1924.

MONCORVO FILHO, A. **Algumas considerações sobre a “heliotherapia”**. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Editora, 1925a.

MONCORVO FILHO, A. **O sol cura em toda parte**. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Editora, 1925b.

NASCIMENTO, D. R. **Fundação Aatualpho de Paiva**. Liga Brasileira Contra a Tuberculose: um século de luta. Rio de Janeiro: Quadratim, 2002.

NASCIMENTO, D. R. Preventório Rainha Dona Amélia: Um sanatório para crianças enfraquecidas. **Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia**, Madri, v. 60, n. 2, p. 143-166, 2008. <https://doi.org/10.3989/asclepio.2008.v60.i2.261>

PERCORRENDO as escolas do Distrito Federal. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 out. 1932, p. 8.

RIBEIRO, L. **Fundação Aatualpho de Paiva**. Liga Brasileira Contra a Tuberculose: notas e documentos para sua história. Rio de Janeiro: Sintra, 1985.

ROCHA, H. H. P. **A Higienização Dos Costumes**: Educação Escolar E Saúde No Projeto Do Instituto De Hygiene De São Paulo (1918-1925). Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ROCHA, H. H. P.; SILVA, H. M. The dangers of infection: school medical inspection in Brazil (the 1910s). **History of Education Review**, Austrália e Nova Zelândia, v. 46, n. 2, p. 150-163, 2017. <https://doi.org/10.1108/HER-02-2016-0015>

RUCHAT, M. Jean Dupertuis (1886-1951). Le Bureau international des écoles Plein Air en Suisse romande (1920-1926). In: CHÂTELET, A.-M.; LERCH, D.; LUC, J.-N. **L'école de plein air. Une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXe siècle**. Paris: Recherches, 2003. p. 261-269.

SALEMA, O. Ginástica na primeira infância. **Archivos de Assistência à Infância**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 5-32, 1932.

SILVA, A. M. **Entre a assistência médica infantil e a regeneração da infância pobre escolar**: a atuação do médico Almir Madeira a partir da fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói - 1914-1929. 2018. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ppgedu.org/ffp/teses.html>. Acesso em: 10 mai. 2019.

SILVA, H. M. **A higiene escolar além das palavras**: Oscar Clark e o tratamento médico escolar. 2017. 312f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/325031>. Acesso em: 10 mai. 2019.

SOARES, C. L. Três notas sobre natureza, educação do corpo e ordem urbana (1900-1940). In: **Uma educação pela natureza**: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana. Campinas: Autores Associados, 2016. p. 1-45.

SUPERINTENDÊNCIA de Educação Elementar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1934, p. 35.

TORRES, A. Metodologia do ensino da educação física. In: COSTA, M. J. F. F.; MARIA, D. R. S.; SCHMIDT, A. (Orgs.). I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Anais...** Brasília: INEP, 1997. p. 178-188. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001825.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

VILLARET, S. **Naturisme et éducation corporelle**: Des projets réformistes aux prises en compte politiques et éducatives (XIXe-milieu XXe siècles). Paris: L'Harmattan, 2005.

Recebido: 30 ago 2019

Aceito: 10 fev 2020

Comitê Editorial dos Cadernos Cedes/Coordenação deste número:

Alessandra Arce Hai e Ana Clara Bortoleto Nery